

Informativo Enermerco

1812

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)
62.985 Mw médios
Novembro 2018



Descolamento CMO
R\$ 0,86 MM
Novembro 2018



Bandeira Tarifária
AMARELA
Novembro 2018



Geração
65.522 Mw médios
Novembro 2018



Encargos
R\$ 155 Milhões
Novembro 2018



Mercado de Energia x Tendência do PLD

O período de novembro de 2018 iniciou bastante otimista em relação às afluências previstas, após um outubro bastante chuvoso e de recuperação de reservatórios.

Logo na primeira semana, houve uma redução de 38% do PLD, se comparado com a última semana de outubro. Contudo, com o aumento das temperaturas e afluências ligeiramente menores do que a previsão inicial, os preços performaram a partir daí reduções menores, ou seja, entre 16% e 1% de variação negativa semanal. O PLD médio de novembro de 2018 se consolidou conforme quadro abaixo:

Demonstrativo do PLD Médio

Mês	Submercado			
Novembro 2018	SE/CO 123,92	S 123,92	NE 123,92	N 123,92

A bandeira de Novembro, amarela, representou custo de R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos, o que representou uma redução na cobrança em relação aos cinco meses anteriores, quando foi acionado o patamar 2 da bandeira vermelha, que prevê cobrança de R\$ 5 a cada 100 kWh.

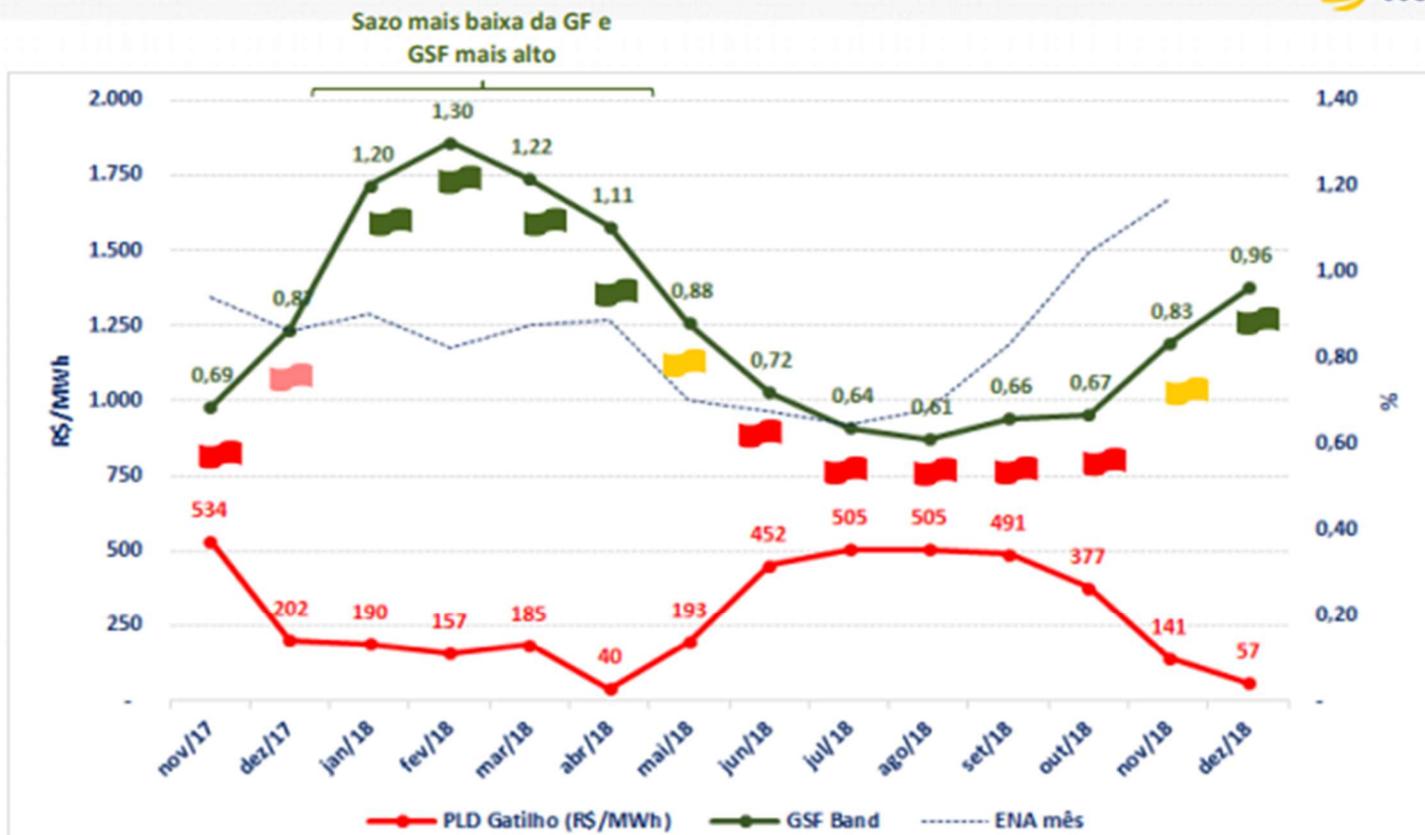
Para dezembro, temos a bandeira verde, sem custos adicionais ao consumidor.



Apesar dos reservatórios ainda apresentarem níveis reduzidos, com o início da estação chuvosa houve queda significativa do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e a expectativa é a de que haja elevação gradual no nível de produção de energia pelas usinas hidrelétricas, possibilitando uma recuperação do fator de risco hidrológico (GSF). O GSF e o PLD são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada. O gráfico abaixo mostra o histórico de como estas variáveis influenciaram a definição das bandeiras tarifárias ao longo do último ano:



Bandeira Tarifária – Histórico



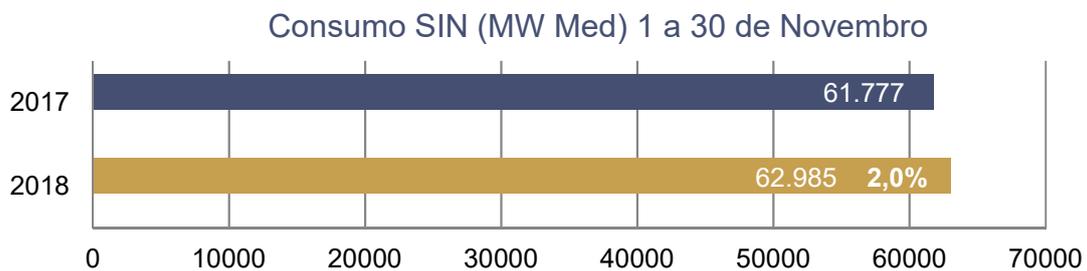
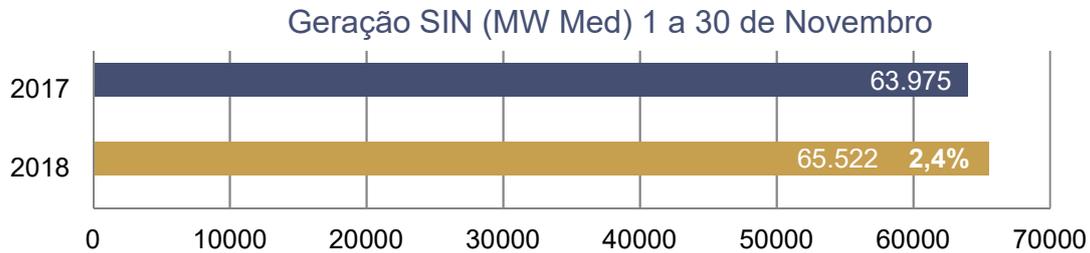
Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco

Geração e Consumo apresentam leve aumento

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de outubro, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

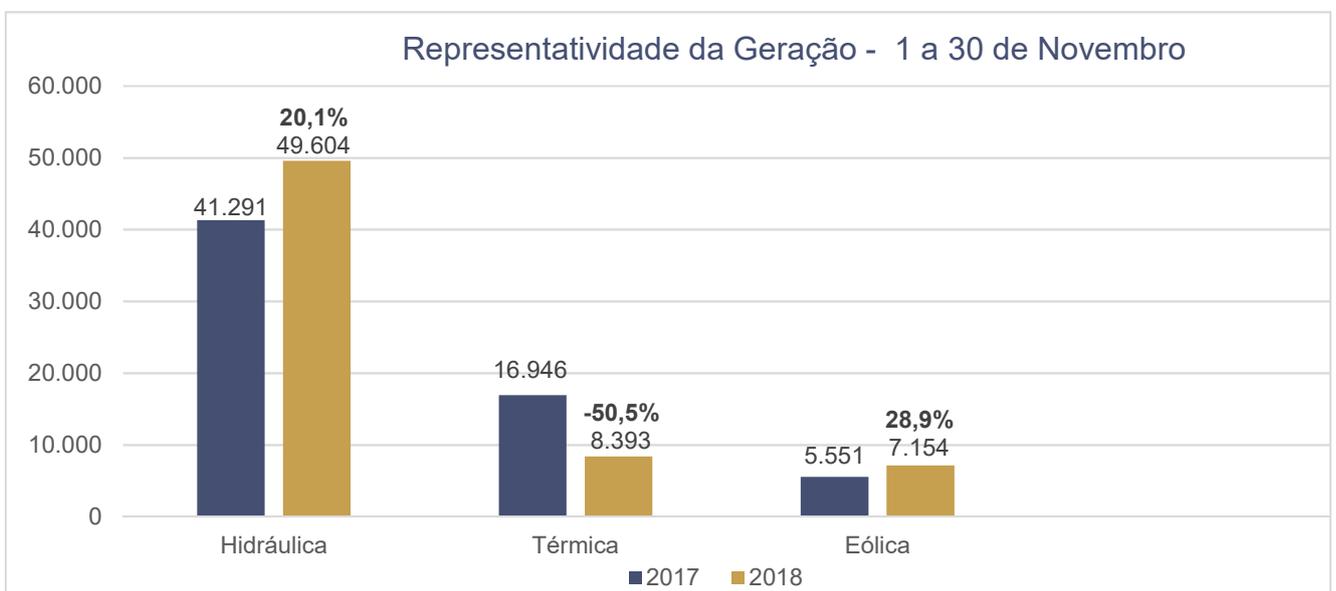
O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

Em comparação ao mesmo período de 2017, temos acréscimos. A geração e o consumo registraram aumento de 2,4% e 2,0%, respectivamente.



Geração por Fonte de Energia

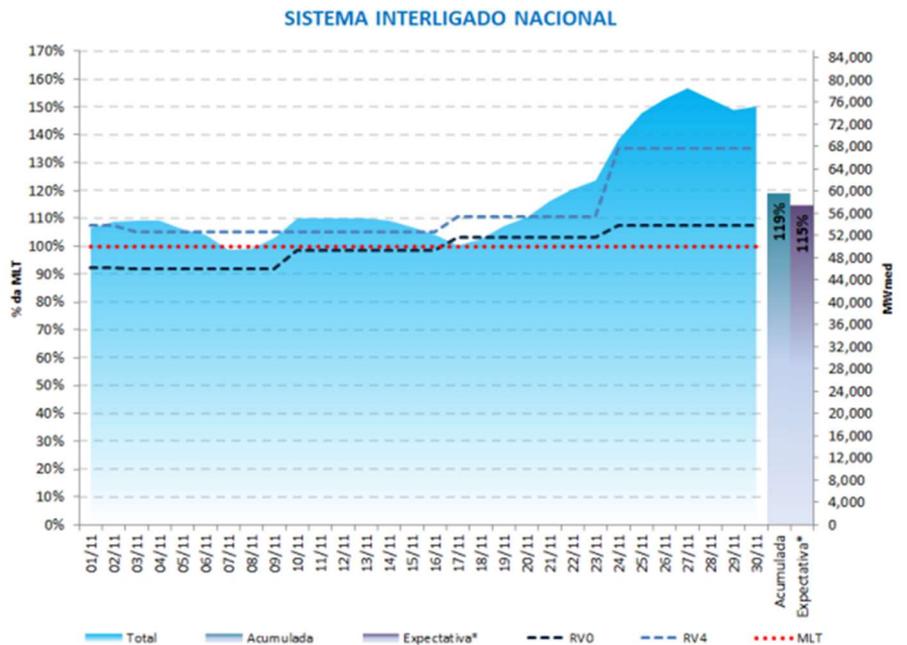
As fontes de geração, abaixo demonstradas, mostram parte do panorama da produção nacional. Como vemos, o destaque de novembro está na queda da geração das térmicas: 50,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 2017, devido principalmente à redução da produção das usinas termelétricas a óleo (-79,7%) e térmica a gás (-63,9%). As hidráulicas cresceram de 20,1% na geração e as usinas eólicas aumentaram em 28,9%.



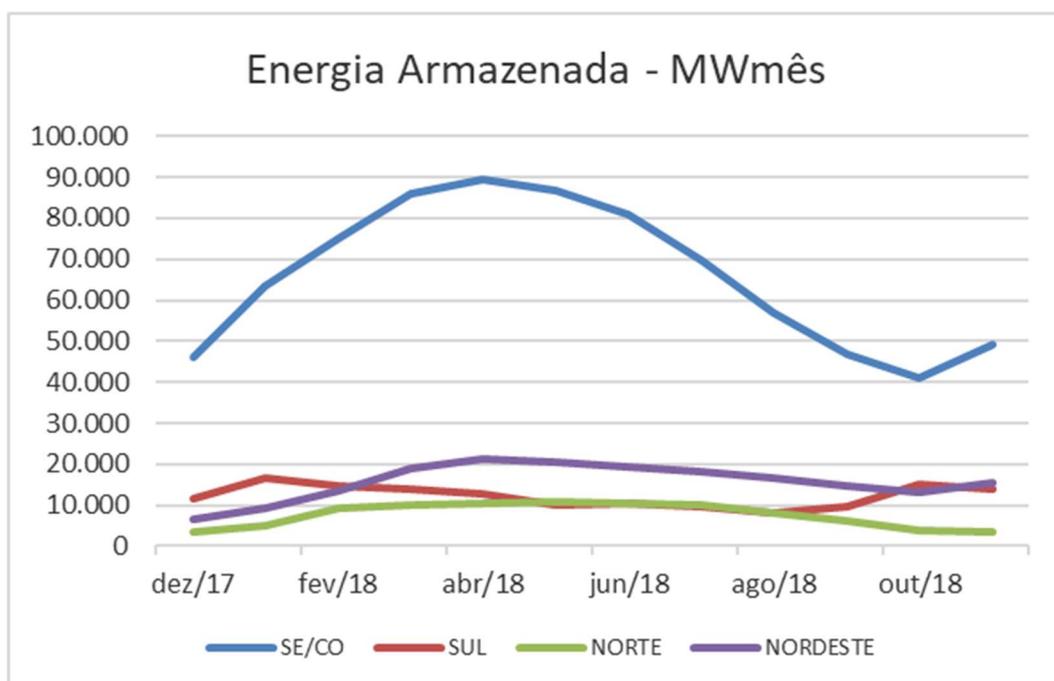


ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

No gráfico de Energia Natural Afluente do SIN, observamos que tanto os percentis da ENA Novembro/2018 acumulada e da expectativa, estão abaixo da Média de Longo Termo, que consiste na média aritmética das vazões naturais verificadas durante uma série histórica. Trata-se de mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.



Na sequência o gráfico de Energia Armazenada com valores em MWhês, no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, onde verifica-se a oscilação dos montantes de energia por Submercado do SIN – Sistema Interligado Nacional.





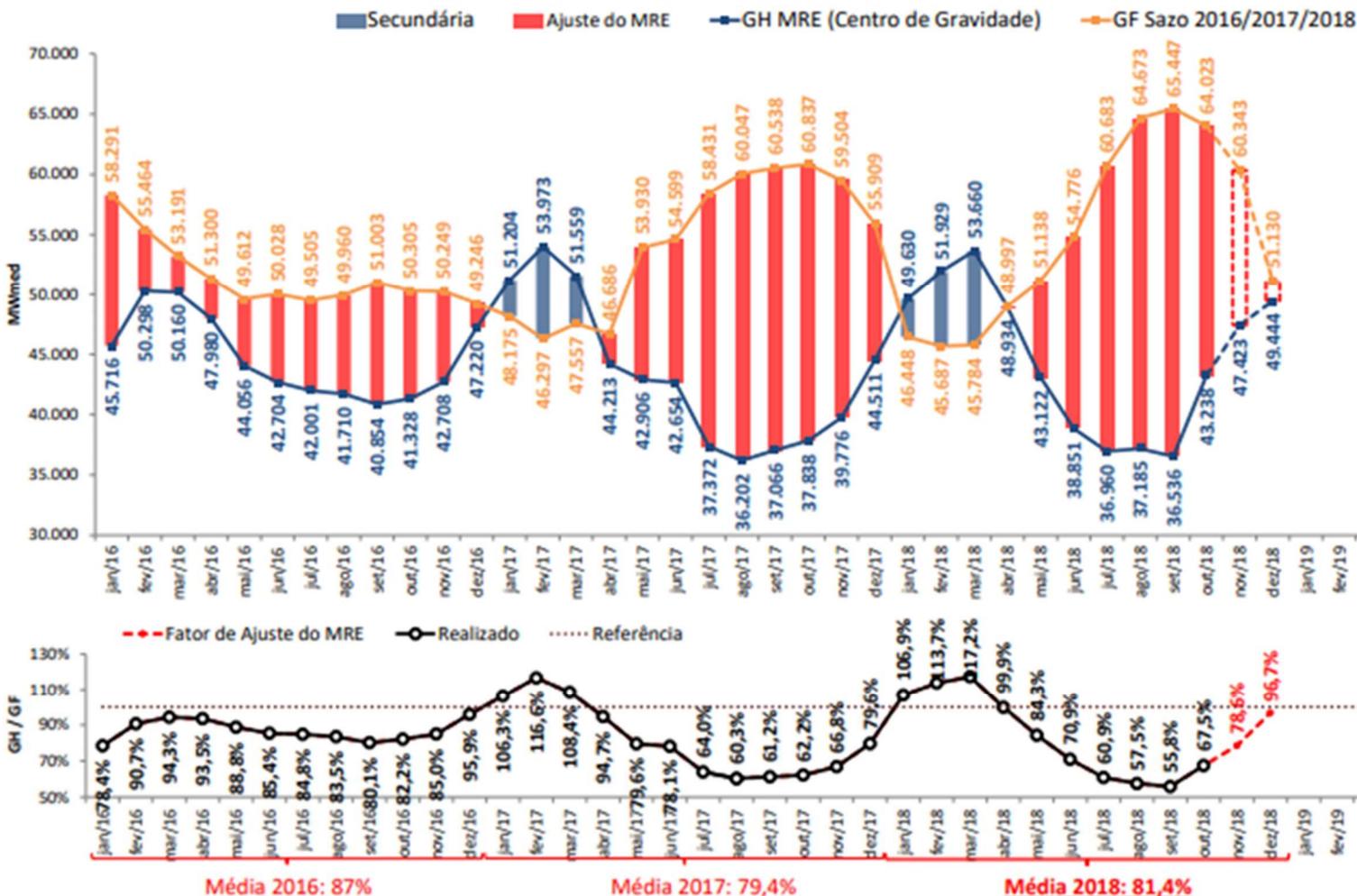
Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Para dezembro, conforme a CCEE, temos a estimativa de 96,7% do fator de ajuste do MRE, com Geração Hidráulica prevista de 49.444 MW. Em novembro, atingiu-se uma geração, de 78,6% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2018.

Projeção do MRE

Projeção do PLD





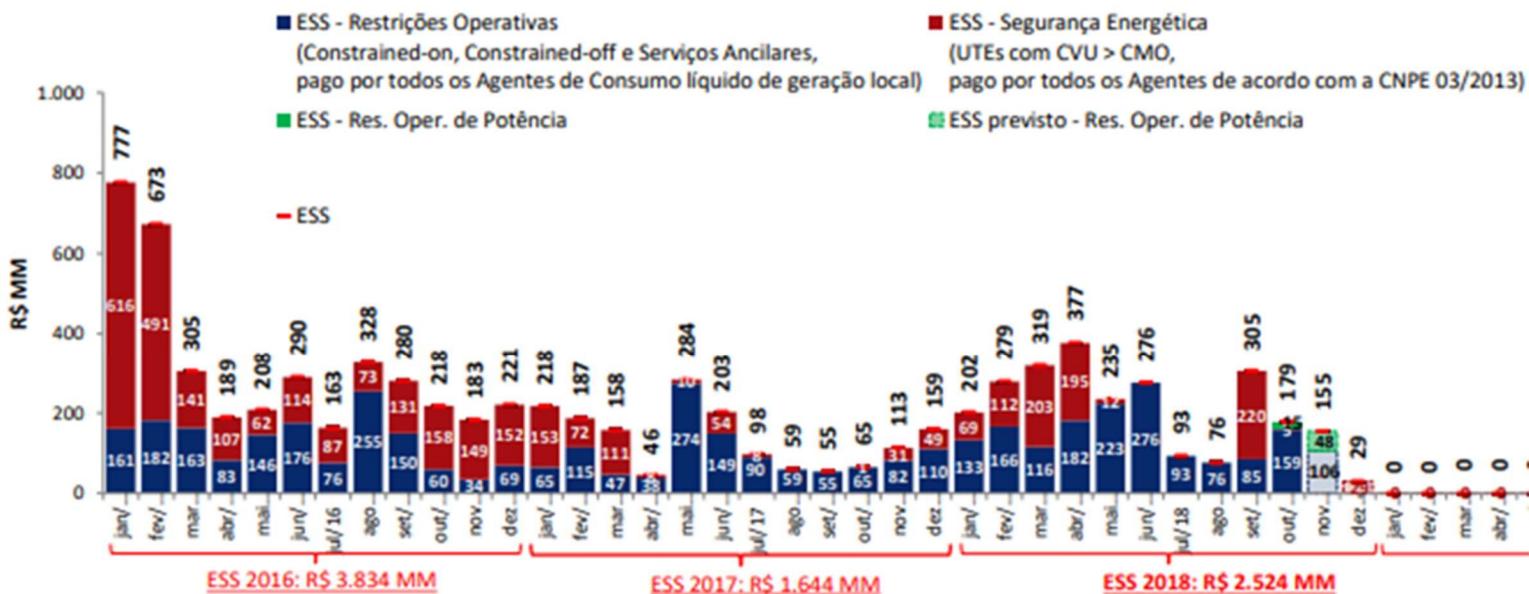
Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de novembro/2018, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 155 milhões.

Projeção de ESS e Custos devido ao descolamento entre CMO e PLD

Projeção do PLD

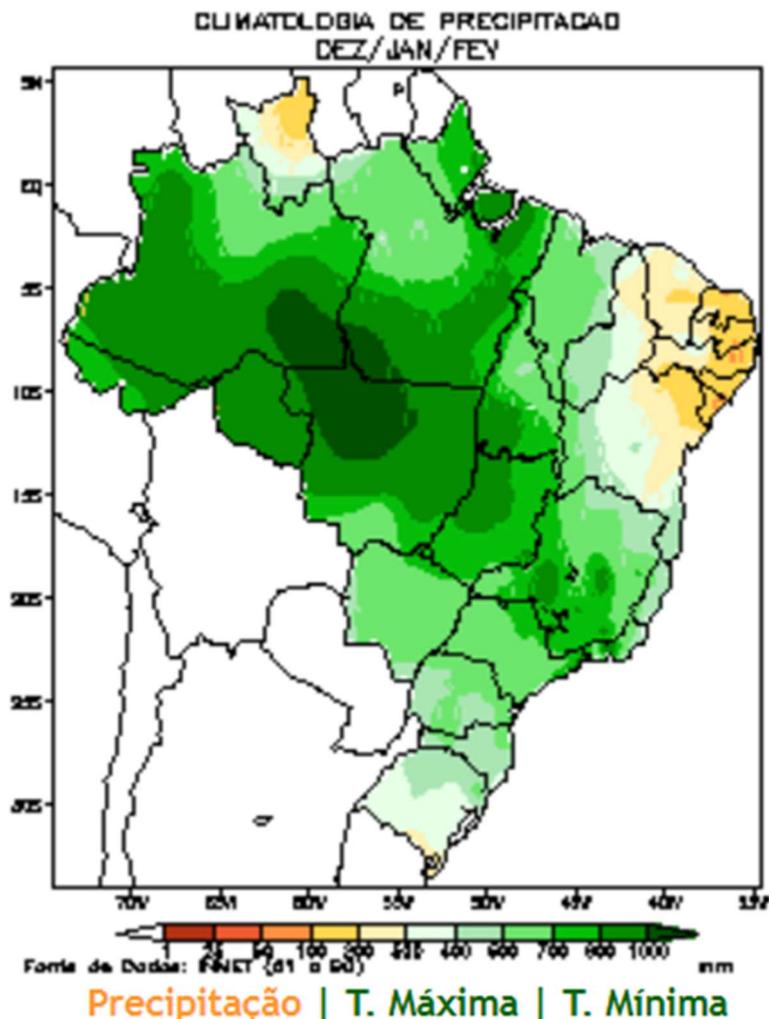


Previsão Climatológica Trimestral

No próximo trimestre, as chuvas são mais acentuadas nos setores central e sul da Região Norte, no norte da Região Centro-Oeste, estendendo-se até o setor central da Região Sudeste, com totais acumulados que podem atingir 1000 mm no sudeste do Amazonas e norte do Mato Grosso.



Estas chuvas são decorrentes principalmente da formação da Alta da Bolívia, anticiclone que se configura sobre o continente sul-americano, na alta troposfera, nos meses de verão, mas também podem estar associadas ao deslocamento dos sistemas frontais que, por sua vez, também contribuem para a caracterização de outro sistema conhecido por Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS). No Nordeste, as chuvas aumentam no Maranhão, Piauí e oeste da Bahia, onde os valores podem chegar a 700 mm, enquanto que, na região semi-árida e litorânea, os totais acumulados podem variar entre 100 e 200 mm. Na Região Sul, os sistemas frontais avançam mais rapidamente e os maiores totais, entre 500 mm e 700 mm, ocorrem no norte do Paraná. Os valores históricos de temperatura máxima variam de 24°C, no leste das Regiões Sul e Sudeste, a 34°C, no Nordeste. As temperaturas mínimas médias variam entre 12°C, em áreas serranas do Sul e Sudeste, a 24°C, no norte do País. As climatologias de precipitação e temperaturas máxima e mínima, no Brasil, são mostradas na figura a seguir:





Como ficou o ministério de Bolsonaro, com 7 pastas a mais do que prometido

Inicialmente, o governo de Bolsonaro teria 15 pastas, mas a organização final chegou em 22 ministérios que começam a atuar em janeiro de 2019

Com o anúncio de que Ricardo Aquino Salles vai ocupar o Ministério do Meio Ambiente, Jair Bolsonaro completou a escolha do time que fará parte de seu governo a partir de janeiro de 2019.

Ao todo, serão 22 pastas — sete a mais do que o prometido no início de sua campanha eleitoral. Atualmente, o governo de Michel Temer tem 29 ministérios.



A justificativa para enxugar a máquina federal, segundo o presidente eleito, foi para reduzir custos. Não se sabe, entretanto, de quanto será essa redução e a estimativa é que não haja impacto significativo no orçamento.

No esquema fechado, 16 pastas ficarão na Esplanada, quatro no Palácio do Planalto e outros dois serão transitórios.

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Banco Central (BC) devem perder o status nos próximos meses, após mudanças legislativas.

Vai e vem

Até finalizar todas as indicações, as decisões do futuro governo foram marcadas por indas e vindas. Alguns dias após ser eleito, Bolsonaro afirmou que o Ministério da Agricultura se fundiria com o Ministério do Meio Ambiente.

Após protestos de que isso enfraqueceria a pasta, inclusive arranhando a imagem do país no exterior, o presidente recuou da mudança.



A extinção do Ministério do Trabalho também foi alvo de inúmeras críticas. No entanto, o fim da pasta foi determinado e seu trabalho será dividido para três pastas.

Outro impasse foi o destino da Funai, que agora ficará com Damares Alves, no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O órgão que defende os interesses dos indígenas e sempre esteve no escopo da Justiça foi cotado para a Agricultura.

Militares

O primeiro escalão do governo Bolsonaro conta com a participação de ao menos sete integrantes do Exército brasileiro.

Além de seu vice, o general Hamilton Mourão, o presidente eleito terá Carlos Alberto dos Santos (Secretaria de Governo), Tarcísio Freitas (Infraestrutura), Fernando Azevedo e Silva (Defesa), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Internacional), Bento Costa e Lima Leite (Minas e Energia) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).

Todos eles já tiveram experiências militares.

Conheça:

MINISTROS DO GOVERNO BOLSONARO



Casa Civil

Orçamento: R\$ 7 bilhões
Onyx Lorenzoni
Responsável pela articulação política do governo



Economia

Orçamento: R\$ 35 bilhões
Paulo Guedes
Unifica Fazenda, Indústria, Comércio Exterior e Serviços



Ministério da Justiça

Orçamento: R\$ 14 bilhões
Sérgio Moro
Combate à corrupção e segurança pública



Secretaria da Presidência

Orçamento: R\$ 7 bilhões
Gustavo Bebianno
Assessoria do presidente da República



Cidadania

Orçamento: não definido
Osmar Terra
Cuidará de desenvolvimento social, esporte e cultura



Meio Ambiente

Orçamento: R\$ 3,7 bilhões
Ricardo de Aquino Salles
Responsável por políticas do meio ambiente



Agricultura

Orçamento: R\$ 10 bilhões
Tereza Cristina
Articulação com o setor agropecuário brasileiro



Direitos Humanos

Orçamento: não definido
Damares Alves
Políticas sociais sobre direitos humanos e mulheres



Relações Exteriores

Orçamento: R\$ 3 bilhões
Ernesto Araújo
Cuidará da política externa e relações internacionais



Advocacia da União

Orçamento: R\$ 3 bilhões
André Luiz de Almeida
Representante da União, judicial e extrajudicialmente



Banco Central

Orçamento: depende do repasse
Roberto Campos Neto
Conduz políticas monetárias, cambiais e de crédito



Infraestrutura

Orçamento: não definido
Tarcísio Freitas
Absorve Transportes, Portos e Aviação Civil



Minas e Energia

Orçamento: R\$ 10 bilhões
Bento Costa Lima Leite
Comandar o setor de petróleo, energia e minério



Secretaria do Governo

Orçamento: R\$ 7 bilhões
Carlos Alberto dos Santos
Comandar o Programa de Parcerias de Investimentos



Gabinete de Segurança

Orçamento: R\$ 7 bilhões
Augusto Heleno
Atividades de inteligência do governo



Defesa

Orçamento: R\$ 96 bilhões
Fernando Azevedo e Silva
Segurança do Brasil e direção das Forças Armadas



Ciência e Tecnologia

Orçamento: R\$ 8,5 bilhões
Marcos Pontes
Responsável por gerenciar desenvolvimento de pesquisa, tecnologia, nuclear e espacial



Controladoria da União

Orçamento: R\$ 1 bilhão
Wagner Rosário
Responsável por auxiliar no combate à corrupção



Desenvolvimento regional

Orçamento: não definido
Gustavo Canuto
Reúne cidades e integração Nacional



Educação

Orçamento: R\$ 121,9 bilhões
Ricardo Veléz Rodrigues
Cuidará das políticas de educação, pesquisa e universidades



Saúde

Orçamento: R\$ 128 bilhões
Luiz Henrique Mandetta
Atividades de inteligência do governo



Turismo

Orçamento: R\$ 559 milhões
Marcelo Álvaro Antônio
Desenvolvimento do setor turístico no país

Bolsonaro anuncia almirante como ministro de Minas e Energia

Bento Albuquerque Junior é diretor-geral de desenvolvimento nuclear e tecnológico da Marinha.

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) anunciou o almirante-de-esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior como futuro ministro de Minas e Energia de seu governo.



Este é o primeiro integrante da Marinha a integrar o próximo governo, que já contempla quadros do Exército e da Aeronáutica. Agora, as Forças Armadas têm representantes de todas as áreas.

Diretor-geral de desenvolvimento nuclear e tecnológico da Marinha, ele está à frente do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que prevê a construção de



quatro submarinos convencionais e um movido a propulsão nuclear.

O primeiro submarino do programa, o Riachuelo, está previsto para ser lançado no próximo dia 14 de dezembro. Já o primeiro submarino nuclear brasileiro deve entrar em operação, segundo o próprio almirante, em 2028.

Nas discussões da equipe de transição chegou a se cogitar fundir essa pasta a um superministério da Infraestrutura, que reuniria ainda Cidades, Transportes e Integração Nacional, mas a ideia foi descartada.

Antes do anúncio oficial pelo próprio presidente eleito, alguns nomes haviam sido cotados para o posto, como o do economista Luciano de Castro, atualmente na Universidade de Iowa, nos Estados Unidos.

O almirante Bento Costa Lima também já atuou como assessor parlamentar do gabinete do Ministro da Marinha no Congresso Nacional e chefe de gabinete do Estado-Maior da Armada. Foi ainda secretário de Ciência e Tecnologia e Inovação da Marinha e comandante dos submarinos “Tamoio” e “Tonelero”, encarregado dos estudos de planejamento militar, de jogos de guerra e de política e estratégia da Escola de Guerra Naval.

Nascido no Rio de Janeiro, ele iniciou sua carreira da Marinha em 1973, ocupando cargos no Brasil e no exterior. Fora do país, foi Observador Militar das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas nos Setores: de Saraievo, na Bósnia e Herzegovina; e de Dubrovnik, na Croácia. Observadores Militares são enviados a países instáveis para monitorar acordos de cessar-fogo em ambientes de guerra. Foi também Diretor-Geral da Junta Interamericana de Defesa.



Energia mais barata leva baixa renda à menor inflação em 16 meses

A mudança de bandeira tarifária de energia elétrica, mais barata, levou a inflação entre os mais pobres ao menor nível em 16 meses. É o que mostrou ontem a Fundação Getulio Vargas ao divulgar o Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), que apura percepção de inflação entre famílias com ganhos até 2,5 salários mínimos mensais. O indicador caiu 0,25% em novembro, após subir 0,53% em outubro, a menor taxa desde junho do ano passado (-0,45%).



Para Andre Braz, economista da FGV, os sinais são de que o indicador entre os mais pobres pode terminar 2018 mais baixo que a inflação sentida por famílias com ganhos até 33 salários mínimos mensais, apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR).

Em 12 meses até novembro, o IPC-C1 acumula alta de 3,80%, ante 4,24% do IPC-BR. Entre outubro e novembro, houve troca de bandeira de tarifa elétrica vermelha 2 para amarela, ou seja, de menor custo para o consumidor. Isso intensificou deflação de tarifa de eletricidade residencial (de -0,91% para -6,04%) entre outubro e novembro, com impacto na variação de preços do grupo Habitação (de -0,11% para -1,10%).

Braz lembra que já foi anunciada bandeira verde para dezembro - o que significa novas reduções para energia elétrica, com impacto no IPC-C1 do mês.

Apesar da contribuição recente da energia para conter o indicador, os preços administrados tiveram grande contribuição na formação da inflação do ano.

Os alimentos, pelo segundo ano consecutivo, foram a "âncora" a frear avanço da inflação, devido à boa oferta - o que reduz preços. Entre outubro e novembro, a inflação dos alimentos diminuiu de 1,17% para 0,34% e acumula alta de 3,78% em 12 meses no IPC-C1.



Os alimentos respondem por 31% do indicador inflacionário entre os mais pobres, contra 24% no IPC-BR. Para o ano que vem, a trajetória do IPC-C1 dependerá da evolução de preços dos alimentos novamente, avaliou Braz.

O economista comentou que as projeções de mercado apontam atividade mais aquecida para 2019, o que normalmente eleva preços. Braz acha difícil o país ter terceiro ano consecutivo bom para agricultura.

No total, sete das oito classes de despesa componentes do índice tiveram deflação ou inflação mais baixa em novembro. Além de Habitação e Alimentação, são os casos de Transportes (de 0,71% em outubro para -0,42%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,38% para -0,17%), Vestuário (0,73% para 0,14%), Educação, Leitura e Recreação (0,37% para 0,27%) e Comunicação (0,12% para 0,07%). Despesas Diversas teve acréscimo (de -0,03% para +0,03%).

Ministro defende maior acesso ao mercado livre de energia

O ministro Moreira Franco, de Minas e Energia, disse, nesta quarta-feira (05), que o sistema elétrico brasileiro foi “organizado em uma realidade que não existe mais, em que todos os membros eram públicos, da geração à distribuição”. A declaração foi feita durante participação na abertura do Seminário Internacional de Comercialização de Energia Elétrica, realizado pela Aneel, em São Paulo. Moreira ainda reforçou que “o setor tem necessidade de muita mudança”.

O evento discute o modelo de formação de preço por oferta, o processo de abertura do mercado nos Estado Unidos e na Europa, benefícios, riscos e desafios da transição para mercado livre no Brasil. Segundo Moreira, “agora, em uma sociedade em que o mercado é livre, aberto, há concorrência, competição, busca por melhor qualidade e preço, este modelo (atual do setor elétrico brasileiro) não atende mais”.

“Temos que contribuir da melhor maneira para que as pessoas possam entender suas contas, organizar seu orçamento e os diversos participantes deste setor tenham a possibilidade de fazer suas análises e assumirem os riscos que os agentes assumem em qualquer outro setor. E assim romper com essa coisa soviética de transferir para o consumidor qualquer risco que se tenha”, disse Moreira.



Mais acesso ao mercado livre

Moreira Franco disse ser favorável à ampliação do acesso ao mercado livre de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) encaminhou ofício, ontem, ao MME em que recomenda que se abra essa possibilidade para consumidores com demanda mínima de 2 MW. Atualmente, somente podem escolher a distribuidora de energia os clientes que consumirem ao menos 3 MW.

Segundo o ministro, a decisão deve ser anunciada em breve por meio de portaria do MME. “Nós recebemos o ofício da Aneel ontem. Evidentemente nós vamos dar uma lida mais detalhada, tecnicamente mais consistente, para vermos que passos daremos. O objetivo é esse (ampliar o acesso ao mercado livre de energia)”, reforçou.



Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP

Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

